

07 DE JUNHO 2010

Segunda-feira

- País segue como 4º maior mercado mundial de veículos
- Impostos para a indústria chegam a 59,8% do PIB
- Fiesp: atividade industrial recua em abril
- Dieese: mínimo deveria ter sido de R\$ 2.157,88 em maio
- Preço da energia para a indústria subiu 150% em 7 anos
- Acordo reduz custos para empresas sem acidentes de trabalho
- Vendas industriais do Paraná acomodam-se em abril
- Atividade do comércio volta a reagir em maio, aponta Serasa Experian
- Comparar o salário com amigos e familiares pode trazer infelicidade, diz pesquisa.
- O comércio em 2009
- Dacon de abril deve ser entregue até amanhã, 8/6
- Receita atualiza relação de países com tributação favorecida
- Divulgado o câmbio para atualizações de balanço em abril
- BC começa a receber a Declaração CBE a partir de hoje, 7/6
- Proibida a realização de exame nos empregados para detectar HIV
- Microempresas poderão ter valor de depósito recursal reduzido
- Projeto concede abono natalino para idosos e deficientes
- Acionista poderá votar à distância em assembleia de empresa

Câmbio

| Em 04/06/2010 | | |
|---------------|---------------|--------------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 1,839 | 1,840 |
| Euro | 2,200 | 2,202 |

Fonte: BACEN

País segue como 4º maior mercado mundial de veículos

06/062010 – Gazeta do Povo

Mesmo com duas quedas seguidas de vendas, em abril e maio, o Brasil conseguiu manter-se como **quarto maior mercado mundial de automóveis**, atrás de **China, Estados Unidos e Japão**. O país vendeu, nos primeiros cinco meses do ano, 1,316 milhão de veículos, enquanto a **Alemanha**, que até o ano passado ocupava o posto, vendeu 1,18 milhão. A aposta de analistas é de que o Brasil vai segurar sua posição no ranking mundial durante o ano.

O mercado brasileiro vinha num ritmo de vendas acelerado durante todo o ano de 2009 e no primeiro trimestre deste ano, que fechou com o recorde mensal de 353,7 mil veículos vendidos em março, incluindo caminhões e ônibus. Nesse período, o consumo foi beneficiado pela redução do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**, que voltou a ser cobrado integralmente em abril.

No primeiro mês sem desconto no IPI, as vendas caíram 21,5%, para 277,8 mil unidades. Em maio, houve nova queda de quase 10%, para 251,1 mil veículos. No acumulado do ano, entretanto, o resultado é o melhor obtido para esse período. A projeção das fabricantes é de encerrar 2010 com 3,4 milhões de veículos vendidos, 8% a mais do que no ano passado. Esse volume, se confirmado, deverá assegurar o posto de quarto maior mercado global de veículos, uma posição à frente da obtida no ano passado. As previsões de analistas apontam que as vendas na Alemanha continuarão em queda. Uma vez conquistado o quarto lugar no ranking dificilmente o Brasil avançará mais.

A **China**, líder da lista, vendeu de janeiro a maio 5,4 milhões de veículos e os Estados Unidos, que começam a se recuperar da crise, venderam 4,6 milhões, segundo dados preliminares. O Japão terceiro colocado, acumula até agora 2,08 milhões de veículos comercializados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Impostos para a indústria chegam a 59,8% do PIB

05/06/2010 – O Estado do Paraná

Nos últimos cinco anos, a carga tributária média na indústria brasileira de transformação bateu em 59,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor. É mais que o dobro da média entre todos os setores de atividade econômica do País no período, que foi de 26,7%. Os dados são de estudo do diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho. "A carga tributária é alta para todos os setores, porém, na indústria é mais alta, o que afeta as empresas tanto do ponto de vista do capital de giro como na exportação".

Apesar de crescente nos últimos anos, a carga tributária recuou para 57,3% do PIB industrial em 2009, depois de ter atingido 65,5% no ano anterior. "É um comportamento passageiro, já que resultou tanto de reduções fiscais pontuais e provisórias, como da retração das vendas e dos lucros das empresas, provocadas pela crise financeira mundial", diz o diretor da Fiesp. Com a retomada do crescimento econômico, a carga tributária deverá voltar a crescer em 2010.

A carga tributária afeta a decisão de investimento, mostra pesquisa da Fiesp. Em 2009, 64% dos empresários disseram que a carga tributária era a principal limitadora do investimento. Este ano, o índice subiu para 67%.

Fiesp: atividade industrial recua em abril

07/06/2010 – O Estado do Paraná

Sondagem realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) a respeito da atividade do setor em abril mostrou queda no indicador de volume de produção, para 49,4 pontos, após forte crescimento em março, quando atingiu 66,0 pontos. O indicador de produção ficou um pouco abaixo do índice nacional de 51,0 pontos e próximo do patamar de equilíbrio de 50,0. A Sondagem Industrial Fiesp/Ciesp é realizada em 132 empresas, das quais 61 são pequenas, 44 médias e 27 grandes. O período de coleta foi de 30 de abril a 20 de maio de 2010.

De acordo com dados do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), houve queda no indicador para indústrias de todos os portes, com destaque para as pequenas, que puxaram os números para baixo. Apesar do resultado menos expressivo em abril na comparação com março, a indústria paulista mostra relativa estabilidade da atividade no curto prazo. Segundo avaliação da Fiesp, as expectativas para os próximos 6 meses seguem otimistas.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) efetiva em relação à usual marcou 47,8 pontos e, novamente, as pequenas indústrias foram responsáveis pelo maior recuo entre os meses de março e abril, de 57,6 para 44,3 pontos. No indicador de estoque efetivo em relação ao planejado, o resultado de São Paulo ficou em 45,9 pontos em abril, abaixo dos 48,1 pontos do mês anterior, indicando estoque abaixo do planejado.

Os empresários estão otimistas com as perspectivas para os próximos seis meses em relação à demanda e às compras de matérias-primas. No entanto, os pesquisados estão reticentes quanto ao futuro das exportações. O indicador de expectativas de demanda registrou 62,5 pontos em abril, com estabilidade nas pequenas indústrias e recuo nas médias e grandes. Já o indicador de compra de matérias-primas ficou em 60,0 pontos. Para as perspectivas de quantidade exportada, a indústria paulista apontou leve recuo, registrando 49,9 pontos em abril, ante 51,0 pontos em março. O

resultado também foi puxado pelas pequenas indústrias, seguidas pelas grandes e pelas médias.

Dieese: mínimo deveria ter sido de R\$ 2.157,88 em maio

07/06/2010 – O Estado do Paraná

O salário mínimo do trabalhador do País deveria ter sido de R\$ 2.157,88 em maio para que ele suprisse suas necessidades básicas e da família, conforme estudo divulgado nesta segunda-feira pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A constatação foi feita por meio da utilização da Pesquisa Nacional da Cesta Básica do mês passado, realizada pela instituição em 17 capitais do Brasil.

Com base no maior valor apurado para a cesta no período, de R\$ 256,86, em Porto Alegre, e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para garantir as despesas familiares com alimentação, moradia, saúde, transportes, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência, o Dieese calculou que o mínimo deveria ter sido 4,23 vezes maior que o piso vigente no Brasil, de R\$ 510.

Em relação a abril, o salário mínimo necessário para o trabalhador diminuiu em quase R\$ 100,00, já que no mês passado seu valor era calculado em R\$ 2.257,52. Em maio de 2009, o mínimo necessário ficava em R\$ 2.045,06, ou seja, 4,40 vezes o mínimo de então (de R\$ 465,00).

O Dieese também informou que o tempo médio de trabalho necessário para que o brasileiro que ganha salário mínimo pudesse adquirir, em maio de 2010, o conjunto de bens essenciais diminuiu, na comparação com o mês anterior. Na média das 17 cidades pesquisadas pela instituição, o trabalhador que ganha salário mínimo necessitou cumprir uma jornada de 97 horas e 39 minutos para realizar a mesma compra que, em abril, exigia a execução de 98 horas e 44 minutos. Em maio de 2009, a mesma compra também necessitava a realização de uma jornada maior, de 98 horas e 35 minutos.

Ranking de preços

A cidade de Porto Alegre manteve, em maio, pelo 20º mês consecutivo, o posto de capital brasileira com a cesta básica mais cara do Brasil. De acordo com levantamento nacional realizado em 17 capitais pelo Dieese, a capital gaúcha liderou o ranking, mesmo depois de a cesta apresentar um expressivo recuo de 4,41% ante abril.

No mês passado, o preço da cesta em Porto Alegre atingiu R\$ 256,86. O valor ficou pouco acima do preço observado na segunda capital mais cara, São Paulo, onde o conjunto de produtos alimentícios essenciais custou, em média, R\$ 256,31.

A terceira capital com preço mais elevado, de R\$ 249,39, foi Manaus, seguida de perto pelo valor médio das cestas de Vitória (R\$ 242,85), Belo Horizonte (R\$ 240,47)

e Rio de Janeiro (R\$ 240,36). Os menores custos em maio foram apurados em Fortaleza (R\$ 185,73) e Aracaju (R\$ 187,10).

Preço da energia para a indústria subiu 150% em 7 anos

07/06/2010 – O Estado do Paraná

A escalada do preço da energia elétrica no Brasil tem sufocado o setor industrial. Entre 2002 e 2009, a tarifa cobrada das empresas subiu 150% - 83% acima da inflação do período - e se tornou a terceira maior do mundo, segundo dados da Agência Internacional de Energia, coletados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O preço do megawatt/hora saltou de R\$ 92 para R\$ 230.

"O problema é que, se nada for feito, o ritmo de alta continuará nos próximos anos e afetará a competitividade da indústria nacional", alerta o diretor da Fiesp e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Julio Diaz. Ele afirma que tem recebido inúmeras queixas de empresas (do setor automobilístico, madeira e têxtil) sobre a ampliação do peso da conta de luz na produção. Na indústria, há casos em que o consumo de energia representa até 45% do custo total.

Até 2003, a tarifa do setor industrial representava 45% do que era cobrado do consumidor residencial. A partir daí, o governo deu início a um realinhamento tarifário que durou até 2007, lembra o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner. O objetivo era eliminar o que o governo considerava como subsídio cruzado nas tarifas do País - algo questionado por alguns especialistas, já que a indústria é atendida em alta tensão e, portanto, o custo para entrega da energia é menor.

Dessa forma, a Aneel elevou os reajustes para a classe industrial e reduziu o ritmo de alta para o residencial. A conta das empresas atingiu 78% do que os consumidores residenciais pagam. Mas, para especialistas, isso não é motivo de comemoração. Hoje as duas tarifas estão em níveis extremamente elevados para a média mundial. Além disso, o aumento de custo da produção industrial é repassado para o consumidor. Ou seja, o residencial é punido duas vezes: pela tarifa de energia alta e por produtos mais caros.

"Elevar o preço da energia é um tiro no pé. No fim, isso se transforma em grande inibidor do crescimento econômico", diz o coordenador da Comissão de Energia da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Eduardo Spalding.

Acordo reduz custos para empresas sem acidentes de trabalho

01/06/2010 – Agência CNI

Brasília – Um acordo entre representantes de empresários, trabalhadores e governo reduz pela metade o valor do Seguro de Acidente do Trabalho para as empresas que não registram acidentes e diminui as distorções no cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Além de reduzir os encargos para cerca de 400 mil empresas, as mudanças, aprovadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social,

estimulam os investimentos em prevenção às doenças e ao combate dos acidentes de trabalho. Também punem com rigor as empresas que não notificam a ocorrência de acidentes com os trabalhadores.

O acordo, que começou a ser negociado há cerca de dois meses, prevê que, a partir de setembro deste ano, o FAP das empresas sem registro de acidentes ou doenças do trabalho passará a ser de 0,5. Em vigor desde janeiro deste ano, o FAP é aplicado sobre o valor do Seguro de Acidente do Trabalho e varia de 0,5 a 2. O fator é calculado pela Previdência Social com base nos afastamentos por doenças e acidentes ocupacionais registrados em cada empresa. Por outro lado, o FAP das empresas que forem autuadas por deixar de notificar os acidentes de trabalho serão punidas com FAP 2, o mais alto da escala.

Anunciadas nesta terça-feira, 1º de junho, as mudanças também ampliam a diferença no FAP entre as que empresas que investem em prevenção e as que negligenciam a saúde e segurança do trabalhador. Também foi preservado o desconto de 25% na parcela do FAP que exceder 1 (malus).

“Esses avanços são produto do diálogo. Foi uma vitória das três partes, o que só é possível quando os objetivos são comuns e o diálogo ocorre em clima de boa vontade e confiança”, disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria ([CNI](#)), Armando Monteiro Neto. Para ele, o acordo reafirma a filosofia que norteou a criação do FAP, que é premiar as empresas que investem em prevenção de acidentes. “Da forma como estava antes, o FAP penalizava todas as empresas”, destacou Monteiro Neto.

Ele lembrou que o acordo reduz as distorções das regras que entraram em vigor em janeiro deste ano e elevaram em até 200% os custos das empresas com o Seguro de Acidente do Trabalho. Inconformadas com as regras, muitas empresas recorreram à Justiça. Na avaliação de Monteiro Neto, o acordo deve evitar novas ações judiciais. “A negociação é um sinal positivo para evitar contencioso na Justiça”, disse ele.

O presidente da CNI disse que o diálogo entre empresários, trabalhadores e governo deve continuar para garantir que as regras do FAP sejam transparentes e justas com as empresas que investem na saúde e na segurança do trabalhador.

Mais informações no blog [Relações do Trabalho](#).

Vendas industriais do Paraná acomodam-se em abril

01/06/2010 – Agência CNI

Curitiba - Influenciadas pelo fim da redução no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos veículos e pelo menor número de dias úteis, as vendas industriais passaram por uma acomodação em abril, com uma queda de 7,9% em relação a março. A retração, porém, não aponta para uma perda de ritmo do setor – o resultado de abril foi 7% superior ao verificado no mesmo mês de 2009 e fez com que as vendas acumuladas nos quatro primeiros meses de 2010 ficassem 3,7% acima das do mesmo período do ano passado.

“Esse desempenho ainda não foi suficiente para igualar o primeiro quadrimestre de 2008, que foi o melhor ano de toda a série histórica iniciada em 1986”, diz Maurílio Schmitt, chefe do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), responsável pela pesquisa de indicadores industriais. “As vendas nesse período ficaram 5,5% abaixo do que vimos em 2008. Mas a diferença estava em 6% em março e vem se reduzindo.”

Segundo o economista, o resultado de abril foi um ajuste normal após a expansão forte de março. Ele aponta que o ritmo rápido das vendas e importações de máquinas e equipamentos indica que a indústria está investindo para aumentar a produção. O volume de compras de insumos também está elevado – alta de 10% no quadrimestre –, o que é um sinal de que o setor se prepara para produzir mais. Além disso, o nível de utilização da capacidade está em um patamar historicamente alto, de 80%, três pontos percentuais a mais do que em abril do ano passado.

Em abril, os setores que registraram as maiores quedas nas vendas em relação a março foram os de móveis (-29%), produtos de metal (-28%) e veículos automotores (-25%), influenciados pela retirada de benefícios fiscais no fim do mês anterior. O segmento de alimentos, que tem o maior peso na produção do estado, avançou 1,9%, refletindo a entrada da boa safra deste ano. Somente outro setor fechou o mês em alta: o de confecções, que teve elevação de 2,8%. No acumulado dos primeiros quatro meses do ano, os melhores desempenhos foram dos segmentos de couros e calçados (alta 77% sobre o mesmo período de 2009), metalurgia básica (52%), artigos de borracha e plástico (42,5%), e máquinas e equipamentos (35,9%). As quedas mais importantes foram nos setores de edição e impressão (-25%), produtos químicos (-10%) e alimentos (-3,7%).

Apesar da retração nas vendas em relação a março, a indústria continuou aumentando o quadro de funcionários em abril. O nível total de emprego no setor subiu 2,3% sobre o mês anterior e 2,7% sobre o visto em abril de 2010. Nos quatro primeiros meses do ano, houve uma expansão de 2% -- os destaques nesse período são os segmentos de produtos químicos, artigos de borracha e plástico, e máquinas e equipamentos, todos com elevação próxima de 10% no emprego. O indicador está hoje apenas 2% abaixo do pico de junho de 2008.

Atividade do comércio volta a reagir em maio, aponta Serasa Experian

06/06/2010 – Gestão Sindical

SP, 02/06/2010 – Após ter recuado 1,3% em abril em razão do fim do incentivo do IPI no setor automotivo, o varejo nacional voltou a reagir em maio. Segundo o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio, o movimento nas lojas cresceu 1,4% em maio de 2010 na comparação com o mês anterior (abril/10), já descontadas as influências sazonais.

O resultado positivo do mês de maio foi puxado pela alta de 2,7% no movimento das lojas de material de construção, as quais se recuperaram da queda de 2,5% observada no mês de abril. Também contribuíram para o avanço de 1,4% em maio os segmentos de veículos, motos e peças (+0,6%) e de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (+0,2%). Na direção contrária, o mês de maio registrou queda de 0,4% no segmento de combustíveis e lubrificantes e de 0,3% em tecidos, vestuário,

calçados e acessórios. Por fim, o segmento de móveis, eletroeletrônicos e informática apresentou estabilidade em seu movimento no mês de maio.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, fatores como o Dia dos Namorados e a Copa do Mundo deverão impactar positivamente o movimento varejista no final deste semestre, a despeito do atual ciclo de aperto monetário que iniciou no final de abril. Tais reflexos restritivos dos juros mais elevados serão sentidos com maior intensidade pelo comércio varejista a partir do segundo semestre de 2010.

Na comparação anual, isto é, contra maio de 2009, a alta de 11,0% foi puxada pelo segmento de material de construção, cujo crescimento foi de 21,2%. Em seguida, destacaram-se os setores de móveis, eletroeletrônicos e informática (crescimento de 15,6%) e o de veículos, motos e peças (alta de 15,4%).

Já no acumulado dos primeiros cinco meses de 2010, a atividade do comércio registra crescimento de 11,0%, liderada pelos segmentos de veículos, motos e peças (21,7%) e de móveis, eletroeletrônicos e informática (18,9%), seguido de perto pelo setor de material de construção (17,3%). Apenas o setor de combustíveis e lubrificantes ainda apresenta queda neste critério de comparação (- 0,8%).

Metodologia do Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio

O Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio é construído, exclusivamente, pelo volume de consultas mensais realizadas por estabelecimentos comerciais à base de dados da Serasa Experian. As consultas (nas formas de taxas de crescimentos) são tratadas estatisticamente pelo método das médias aparadas com corte de 20% nas extremidades superiores e inferiores. Com as taxas de crescimento tratadas e ponderadas pelo volume de consultas de cada empresa comercial constrói-se a série do indicador. A amostra compõe-se de cerca de 6.000 empresas comerciais e o indicador, com início em janeiro de 2000, é segmentado em seis ramos de atividade comercial.

Fonte: Serasa Experian

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 6/6/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3136>

Comparar o salário com amigos e familiares pode trazer infelicidade, diz pesquisa.

06/06/2010 – Gestão Sindical

Pesquisadores da Escola de Economia de Paris analisaram dados de um levantamento europeu para descobrir que três quartos dos entrevistados disseram considerar importante comparar seus rendimentos com os dos outros.

Mas aqueles que comparavam os salários se diziam menos contentes, principalmente os que olhavam os salários de amigos e familiares ao invés dos de seus colegas.

O estudo, publicado na revista acadêmica *Economic Journal*, diz que os mais pobres são os mais afetados.

Satisfação

Os pesquisadores usaram dados de uma pesquisa que entrevistou 19 mil pessoas em 24 países da Europa.

As repostas mostraram que quanto mais importância as pessoas davam a comparações de salários, mais baixo elas se consideravam em relação a níveis de satisfação com a vida e de padrão de vida, além de se sentirem mais deprimidas.

A pesquisa não identificou diferenças entre homens e mulheres em relação a quanto eles comparam seus rendimentos com os de outras pessoas.

A limitação das comparações de salários com os colegas de trabalho parece ser menos nociva. Segundo o estudo, a comparação com amigos pode gerar até duas vezes mais infelicidade que a comparação com colegas.

Segundo os pesquisadores, a comparação do salário com os de colegas de trabalho pode ajudar a impulsionar os sentimentos sobre as perspectivas de renda futura.

– Olhar constantemente para os outros parece tornar o mundo um lugar menos feliz e mais desigual –, concluíram os autores do estudo.

Pobres

A pesquisa descobriu ainda que as pessoas de países mais pobres comparam mais seus salários do que as pessoas nos países mais ricos e, dentro dos países, as pessoas mais pobres comparam mais os salários do que as pessoas mais ricas.

– Eu achava que as pessoas ricas comparassem mais, porque quando você está no fundo da escala o que realmente importa é conseguir o mínimo necessário, mas não foi isso o que vimos –, disse o coordenador da pesquisa, Andrew Clark.

Para o professor Cary Cooper, especialista em psicologia organizacional e saúde na Universidade de Lancaster, o tipo de pessoa que se compara constantemente com outros pode sofrer de insegurança.

– A comparação com colegas de trabalho é justa, mas com amigos de escola que tiveram as mesmas oportunidades, você pode pensar: ‘Eles se deram muito melhor, então eu devo ser menos competente’–, diz Cooper.

– Eu aconselharia as pessoas a não se compararem e a serem felizes com o que elas são e com a situação em que elas estão – e lembrar que aquelas pessoas com quem você está se comparando podem não estar mais satisfeitas –, afirma.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Redação e BBC

Data: 6/6/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/internacional/materia.asp?idmateria=3143>

O comércio em 2009

06/06/2010 – Gestão Sindical

Embalado pelo dinamismo do mercado interno, por meio da recuperação do emprego e da expansão da massa salarial, o setor vendeu 5,9% a mais do que em 2008 e a receita com vendas cresceu 10%. Aliás, foi justamente a contribuição do consumo das famílias, com crescimento de 4,1%, que evitou uma retração maior da economia brasileira em 2009.

A massa de rendimentos – importante indicador para o desempenho do setor, pois sinaliza a capacidade de consumo da sociedade – cresceu 2,9% em 2009. O aumento do salário mínimo, os reajustes dos pisos regionais, os programas de transferências de renda, a recuperação do emprego ao longo do ano e os bons resultados das negociações salariais contribuíram para a melhoria dos rendimentos.

Os números do comércio também foram impulsionados pela expansão do crédito, que, apesar da crise, atingiu 45% do PIB no final de 2009, diante dos 40,8% em 2008. Outro aspecto que também deve ser levado em consideração são as reduções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que potencializaram o consumo em 2009, gerando recordes de vendas de veículos e aumentando significativamente a comercialização de eletrodomésticos e materiais de construção.

Desempenho do setor - volume e receita nominal com vendas

A economia brasileira iniciou 2009 com produção em baixa e desemprego em alta. O nível de utilização da capacidade instalada da indústria atingiu em fevereiro, no pior momento da crise, 77,6%, e o setor agropecuário, nos primeiros seis meses do ano, repetia a cada mês um resultado pior do que o verificado no mês anterior.

Em 2009, o comércio brasileiro cresceu 5,9% em volume de vendas e 10% em receita nominal em relação ao ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE).

Quando descontada a inflação da receita nominal, considerando o INPC médio de 2009 de 5,26%, o aumento real foi de 4,50%.

Em termos de resultados trimestrais, houve significativa aceleração no ritmo de crescimento das vendas, na passagem do terceiro para o quarto trimestre do ano, com aumento da taxa de 5,3% para 8,8%. Em relação à receita nominal, o movimento trimestral também foi ascendente com uma pequena retração no terceiro trimestre em relação ao segundo.

Quando se observa os índices de vendas do primeiro trimestre de 2010, os resultados são ainda melhores. O volume de vendas cresceu 12,78% e a receita nominal alcançou a taxa de 15,64%. Alguns fatores pontuais podem explicar, em certa medida, a aceleração das vendas nos primeiros meses de 2010. O primeiro deles se refere à ocorrência da Páscoa no mês de março, enquanto no ano passado fora em abril. Isso ampliou muito o crescimento de certos setores, como supermercados e hipermercados, na comparação com março de 2009. O segundo é em relação ao setor de Móveis e Eletrodomésticos, que mesmo com encerramento do incentivo tributário (IPI) em janeiro de 2010, pode ter formado estoques, oferecendo produtos a preços mais acessíveis. E, finalmente, deve ser levada em conta a explosão de vendas de

veículos, motos, partes e peças em razão do encerramento, após março, do benefício fiscal (IPI).

Na análise por segmento, os dados apontam que, dos 11 segmentos pesquisados, somente *Materiais de Construção* (-6,61%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-2,72%) registraram queda no volume de vendas. Destaque para o ramo de *Veículos, motos, partes e peças* (11,45%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (10,61%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (8,39%), que apresentaram índices robustos de crescimento em 2009 e resultados superiores aos verificados em 2008.

No exame da receita nominal de vendas, os 11 segmentos obtiveram resultados positivos, com destaque para *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (18,3% contra 16,2%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (18,0% contra 16,8%); *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (14,2% contra 11,3%).

Volume e receita nominal de vendas por unidade da federação

A maioria das Unidades da Federação apresentou alta nas vendas em 2009. Apenas os estados de Tocantins (-2,5%) e Espírito Santo (-1,1%) registraram queda no volume de vendas. Contudo, os resultados da receita nominal foram positivos. Os melhores desempenhos tanto em volume e em receita de vendas em 2009 foram verificados nos estados do Piauí, 13,3% e 18,4%, Sergipe, 13,2% e 17,1% e Roraima 11,3% e 14,2%, respectivamente.

Desempenho do setor supermercadista brasileiro

Apesar da propagada crise financeira internacional, o setor supermercadista brasileiro obteve um excelente resultado, faturando R\$ 177 bilhões em 2009, alta de 11,7% em relação a 2008, o qual, descontando-se a inflação, resultou no aumento real de 6,5% no faturamento, segundo a Associação Brasileira dos Supermercados (ABRAS).

O número de empregos diretos cresceu 2,6%, incremento de 22.838 trabalhadores no segmento, passando de 876.916 em 2008 para 899.754 em 2009.

Resultados positivos também foram verificados quanto ao número de lojas, com alta de 3,4% em 2009, ou seja, acréscimo de 2,6 mil lojas. Na área de vendas, o crescimento foi um pouco menor, variação de 2,2%. Estes aumentos díspares demonstraram, segundo avaliação da própria ABRAS, a consolidação da tendência observada nos últimos anos da abertura de lojas menores e mais eficientes no segmento.

Nesse contexto de crescimento, a participação percentual do faturamento do segmento sobre o PIB também avançou, passando dos 5,5% em 2008 para 5,6% em 2009, variação de 1,8%.

Os processos de fusões no setor estão na ordem do dia, com aquisições entre grandes redes varejistas. Um elemento a ser considerado nessa discussão é o alto grau de concentração já existente que, caso não haja nenhuma regulamentação, se intensificará e poderá trazer impactos negativos para os empregados do segmento, no sentido de mais precarização e flexibilização das relações de trabalho.

Os dados de faturamento por empresa revelaram que somente a participação no mercado das três maiores redes atingiu 40% do faturamento total do setor em 2009 (R\$ 71,6 bilhões).

O Grupo Pão de Açúcar lidera o ranking com um faturamento de R\$ 26,2 bilhões, seguido de perto pelo Carrefour (R\$ 25,6 bilhões), WalMart (R\$ 19,7 bilhões), GBarbosa (R\$ 2,5 bilhões) e Cia Zaffari (R\$ 2,1 bilhões). Ressalta-se que, das cinco maiores empresas, apenas a situada em quinto lugar é de capital majoritariamente nacional.

O emprego no comércio

Os resultados do emprego formal no setor, em 2009, embora em patamares menores que os registrados em 2008, o que já era esperado devido à crise financeira, foram bastante positivos, como revela o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE). Em 2009, o comércio abriu 297.157 novas vagas de trabalho formal, cerca de 30% do total de postos gerados na economia no ano passado (995.110). Quando comparado a outras atividades, os resultados do setor são ainda mais animadores, visto que a construção civil contratou 177.185 novos trabalhadores e a indústria, 10.865.

O período mais crítico para os trabalhadores do comércio foi o final de 2008 e início de 2009, mais especificamente entre dezembro de 2008 e março de 2009, quando houve o fechamento de quase 100 mil postos. De março em diante, o saldo se torna positivo e com tendência de alta.

Analisando o saldo do emprego em 2009 por trimestres, observa-se que, entre janeiro e março, o setor ainda lidava com as expectativas negativas decorrentes da crise financeira internacional. Neste período, foram fechados aproximadamente 71 mil postos de trabalho no setor, comportamento contrário ao verificado no mesmo período de 2008, quando houve a abertura de mais de 19 mil vagas.

No entanto, no segundo trimestre houve um movimento de retomada do emprego, só que em patamares menores que os registrados em 2008. Entre abril e junho de 2009, geraram-se 37.775 novos postos contra 112.867, em 2008.

Já no terceiro trimestre, o saldo de vagas superou os resultados alcançados em 2008

(132.711) com a abertura de 134.450 novos postos de trabalho.

Mas foi no último trimestre de 2009, comparativamente a 2008, que a intensificação da contratação ocorreu. Entre outubro a dezembro de 2009, foram criadas cerca de 80 mil vagas a mais que no mesmo período do ano anterior, 195.685 contra 117.384.

Os números divulgados em 2010 são ainda mais animadores, visto que no primeiro trimestre foram criadas 33.314 novas vagas, resultado extremamente positivo em relação ao mesmo período de 2008 e 2009. Essa intensa contratação indica um mercado bastante aquecido com vendas em alta.

Por segmento

Na análise por segmentos, a geração de novos postos de trabalho formal no comércio não ocorreu de forma homogênea, pois houve atividades que contrataram mais e algumas que até fecharam postos de trabalho. Alguns segmentos beneficiados pela redução de impostos aparecem como maiores absorvedores de mão de obra em 2009 e início de 2010.

Os segmentos líderes na geração de novos postos de trabalho, entre janeiro de 2009 e março de 2010 foram: *hipermercados e supermercados* 50.909; *ferragens, madeira e materiais de construção* 36.316 e *comércio de veículos automotores* 22.251.

Por outro lado, os setores que mais fecharam postos de trabalho no período, foram: *varejista de mercadorias em geral sem predominância de produtos alimentícios* (-4.466) e *calçados e artigos de viagem* (-3.030), seguidos por *varejista de discos, CDs, DVDs e fitas* (-474); *atacadista de máquinas, equipamento para terraplanagem, mineração e construção* 44(-463); *atacadista de bebidas* (-321), *varejista de artigos de vestuário e acessórios* (-144).

Por tamanho de empresa

Quando se analisa o emprego por tamanho de empresa, nota-se que a geração de novas vagas ocorre majoritariamente nas microempresas, ou seja, aquelas com até quatro empregados. Estas que geraram 491.358 postos de trabalho entre janeiro de 2009 e março de 2010. As grandes varejistas do setor, com mais de 500 empregados criaram pouco mais de 9,5 mil novas vagas com carteira assinada.

Num movimento oposto, empresas que possuíam entre 5 e 49 empregados fecharam postos neste período, ou seja, demitiram mais do que contrataram. Estas apresentaram a redução de -139.072 empregos.

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

Ocupação

Nesta seção serão analisadas a forma de inserção, a renda e a jornada de trabalho dos ocupados no comércio em 2009, a partir dos dados fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para as cinco Regiões Metropolitanas (RMs) de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo mais o Distrito Federal.

As estimativas indicam que o número de ocupados cresceu entre 2009 e 2008 no Distrito Federal (3 mil), em Porto Alegre (6 mil), em Recife (6 mil) e em Salvador (13 mil). Em apenas duas regiões houve redução do número de ocupados: Belo Horizonte (-19 mil) e São Paulo (- 46 mil).

Seguindo o comportamento verificado nos anos recentes, a contratação com carteira de trabalho assinada foi a que mais cresceu em 2009, com exceção de Belo Horizonte, que apresentou resultados negativos para todas as formas de inserção, sendo que, para aqueles com carteira, o saldo foi de -8 mil. Nas demais regiões, os acréscimos foram de 22 mil em São Paulo, 13 mil em Porto Alegre, 11 mil em Salvador, 3 mil em Recife e 1 mil no Distrito Federal.

Jornada de trabalho

A extensa jornada de trabalho continua um dos principais problemas no setor. Em 2009, o comércio registrou a maior jornada média semanal praticada em quase todas as regiões metropolitanas pesquisadas, em comparação com os demais setores de atividade.

Apenas na construção civil, na região de Salvador, as jornadas médias se igualaram. A maior jornada média foi registrada em Recife, 49 horas, e a menor, em Salvador e Belo Horizonte, de 44 horas semanais.

A forma de inserção do trabalhador no setor tem implicações na extensão de sua jornada. Em 2009, entre os assalariados, as maiores jornadas foram praticadas pelos comerciários com carteira assinada, situação verificada em todas as regiões. As diferenças chegam a uma hora (Recife e São Paulo), três horas (Belo Horizonte, Distrito Federal e Salvador) e quatro horas (Porto Alegre), em relação à jornada daqueles sem carteira.

O comércio continua sendo, entre todos os setores de atividade econômica, aquele que apresenta a maior proporção de trabalhadores que praticam jornadas médias acima da máxima legal (44 horas semanais) em 2009.

Apesar de uma leve redução na proporção de trabalhadores que trabalham acima da jornada legal entre 2008 e 2009, no último ano, mais da metade dos ocupados no comércio excedeu a jornada legal em todas as regiões pesquisadas, variando entre 50,1% (Belo Horizonte) e 64,5% (Recife). Estas proporções são maiores, em todas as regiões, entre os assalariados "com carteira", quando comparados aos "sem carteira".

Rendimento

Em 2009, comparado aos outros setores, os ocupados no comércio receberam os menores rendimentos médios, maior apenas do que os dos trabalhadores de serviços domésticos. A remuneração média dos ocupados no setor do comércio situou-se entre R\$ 625,00, em Recife e R\$ 1.078, no Distrito Federal.

Apesar de baixos, entre 2008 e 2009, o rendimento real médio dos ocupados no setor cresceu em todas as regiões, variando de 0,5% (Recife) a 4,3% (Belo Horizonte).

Para o grupo de assalariados, o rendimento obteve variação positiva em três regiões e negativa em outras três. Distrito Federal (4,1%), Porto Alegre (4,1%) e São Paulo (1,9%), foram as regiões onde houve crescimento. Enquanto em Belo Horizonte (-1,3%), Recife (-0,8%) e Salvador (-3,4%) a variação foi negativa.

Os assalariados com carteira assinada permaneceram com os rendimentos reais médios superiores aos dos "sem carteira", em 2009, para todas as regiões em que foi possível a desagregação dos dados, respectivamente: R\$ 947 contra R\$ 733 (Distrito Federal), R\$ 946 contra R\$ 692 (Porto Alegre), R\$ 717 contra R\$ 438 (Recife) e R\$ 1.093 contra R\$ 793 (São Paulo).

Considerações finais

A análise do desempenho das vendas e do comportamento do emprego em 2009 revelou os bons resultados do setor do comércio. Os indicadores mostraram a grande vitalidade da atividade no período, tendência já verificada em anos anteriores.

Condições favoráveis de crédito ao consumo, melhoria do rendimento real e do emprego, bem como estabilidade dos preços, foram os principais fatores de sustentação do resultado positivo nos últimos anos. Outro fator também importante nesse cenário foi o aumento do consumo da população das faixas de renda mais baixas, em boa parte impulsionado pelos programas de transferência de renda (como por exemplo, o bolsa família) e pelos aumentos reais do salário mínimo.

Contudo, esses bons resultados não refletiram em melhorias significativas nas condições de trabalho da categoria. O comércio apresentou as maiores jornadas e os menores rendimentos praticados entre os setores de atividade no período.

Para 2010, o cenário é de resultados ainda melhores. A estimativa de criação de dois milhões de novos postos de trabalho, a expansão da massa salarial e ampliação do volume de crédito no país para 53% do Produto Interno Bruto (PIB) são alguns fatores que devem contribuir fortemente para o aumento do consumo. Os resultados das vendas do primeiro trimestre de 2010 já refletem esse cenário positivo. De janeiro a março de 2010, a alta no volume de vendas alcançou 12,78% e a receita nominal cresceu 15,64%.

Aspectos conjunturais do setor também indicam expansão dessa atividade em 2010, como, por exemplo, os anúncios de megainvestimentos por parte das grandes redes varejistas e a abertura de mais 40 novos shopping centers em todo o país entre 2010 e 2011.

Outro aspecto positivo é projetado pelo segmento supermercadista, diga-se de passagem, atividade de maior peso no setor. Segundo a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), a estimativa de crescimento real para 2010, ou seja, descontada a inflação, é de 9% nas vendas.

Além do que, há no horizonte outros pontos que poderão potencializar as vendas, como Eleições, Copa do Mundo e a redução do IPI para materiais de construção até 31 de dezembro de 2010.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 6/6/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3135>

Dacon de abril deve ser entregue até amanhã, 8/6

07/06/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, submetidas à apuração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos regimes cumulativo e não cumulativo, inclusive aquelas que apuram a Contribuição para o PIS/PASEP com base na folha de salários, devem apresentar o Dacon com informações relativas a abril/2010, nesta terça-feira, dia 8-6-2010.

Se o declarante apresentar o Dacon em atraso ou deixar de apresentá-lo ficará sujeito à multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da COFINS, ou, na sua falta, da Contribuição para o PIS/PASEP informada, limitada a 20%, reduzida à metade se apresentado antes de

qualquer procedimento de ofício. A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

Receita atualiza relação de países com tributação favorecida

07/06/2010 – Notas COAD

A Receita Federal divulgou no Diário Oficial de hoje, 7/5, a Instrução Normativa 1.037 RFB/2010 dispondo que, para efeitos da legislação sobre Preços de Transferência, são consideradas jurisdições com tributação favorecida:

- | | |
|---|--------------------------------|
| I - Andorra; | XX - Djibouti; |
| II - Anguilla; | XXI - Dominica; |
| III - Antígua e Barbuda; | XXII - Emirados Árabes Unidos; |
| IV - Antilhas Holandesas; | XXIII - Gibraltar; |
| V - Aruba; | XXIV - Granada; |
| VI - Ilhas Ascensão; | XXV - Hong Kong; |
| VII - Comunidade das Bahamas; | XXVI - Kiribati; |
| VIII - Bahrein; | XXVII - Lebuan; |
| IX - Barbados; | XXVIII - Líbano; |
| X - Belize; | XXIX - Libéria; |
| XI - Ilhas Bermudas; | XXX - Liechtenstein; |
| XII - Brunei; | XXXI - Macau; |
| XIII - Campione D'Italia; | XXXII - Ilha da Madeira; |
| XIV - Ilhas do Canal (Alderney, Guernsey, Jersey e Sark); | XXXIII - Maldivas; |
| XV - Ilhas Cayman; | XXXIV - Ilha de Man; |
| XVI - Chipre; | XXXV - Ilhas Marshall; |
| XVII - Cingapura; | XXXVI - Ilhas Maurício; |
| XVIII - Ilhas Cook; | XXXVII - Mônaco; |
| XIX - República da Costa Rica; | XXXVIII - Ilhas Montserrat; |
| | XXXIX - Nauru; |

| | |
|--|----------------------------------|
| XL - Ilha Niue; | LIII - São Vicente e Granadinas; |
| XLI - Ilha Norfolk; | LIV - Seychelles; |
| XLII - Panamá; | LV - Ilhas Solomon; |
| XLIII - Ilha Pitcairn; | LVI - St. Kitts e Nevis; |
| XLIV - Polinésia Francesa; | LVII - Suazilândia; |
| XLV - Ilha Queshm; | LVIII - Suíça; |
| XLVI - Samoa Americana; | LIX - Sultanato de Omã; |
| XLVII - Samoa Ocidental; | LX - Tonga; |
| XLVIII - San Marino; | LXI - Tristão da Cunha; |
| XLIX - Ilhas de Santa Helena; | LXII - Ilhas Turks e Caicos; |
| L - Santa Lúcia; | LXIII - Vanuatu; |
| LI - Federação de São Cristóvão e Nevis; | LXIV - Ilhas Virgens Americanas; |
| | LXV - Ilhas Virgens Britânicas. |

LII - Ilha de São Pedro e Miguelão;

A Receita também relacionou os seguintes regimes fiscais privilegiados, para efeito de Preços de Transferência:

- com referência à legislação de Luxemburgo, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *holding company*;

- com referência à legislação do Uruguai, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de "Sociedades Financeiras de Inversão (Safis)" até 31 de dezembro de 2010;

- com referência à legislação da Dinamarca, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *holding company*;

- com referência à legislação do Reino dos Países Baixos, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *holding company*;

- com referência à legislação da Islândia, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *International Trading Company (ITC)*;

- com referência à legislação da Hungria, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *offshore KFT*;

- com referência à legislação dos Estados Unidos da América, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *Limited Liability Company* (LLC) estaduais, cuja participação seja composta de não residentes, não sujeitas ao Imposto de Renda federal; ou

- com referência à legislação da Espanha, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *Entidad de Tenencia de Valores Extranjeros* (E.T.V.Es.);

- com referência à legislação de Malta, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de *International Trading Company* (ITC) e de *International Holding Company* (IHC).

Divulgado o câmbio para atualizações de balanço em abril

07/06/2010 – Notas COAD

A variação das taxas de câmbio das principais moedas para atualizar os créditos e obrigações do balanço em abril de 2010, conforme o Ato Declaratório Executivo 16 COSIT/2010, publicado no Diário Oficial desta segunda-feira, 7/6, são as seguintes:

| Moeda | Cotação Compra | Cotação Venda |
|--------------------------|-----------------------|----------------------|
| | R\$ | R\$ |
| Dólar dos Estados Unidos | 1,7298 | 1,7306 |
| Euro | 2,3025 | 2,3039 |
| Franco Suíço | 1,6072 | 1,6081 |
| Iene Japonês | 0,01842 | 0,01843 |
| Libra Esterlina | 2,6437 | 2,6454 |

BC começa a receber a Declaração CBE a partir de hoje, 7/6

07/06/2010 – Notas COAD

O Banco Central do Brasil começará a receber, nesta segunda-feira, 7/6, a Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) relativa ao ano de 2009. Estarão obrigadas a prestar as informações todas as pessoas físicas e jurídicas residentes no País que detinham, no exterior, ativos de valor igual ou superior a US\$ 100 mil em 31-12-2009.

As declarações deverão ser entregues entre as 9 horas do dia 7 de junho e as 20 horas de 30 de julho, por meio do formulário disponível no sítio do Banco Central do Brasil na internet, no endereço www.bcb.gov.br.

O período de apresentação da Declaração CBE foi estabelecido pela Circular 3.496 Bacen/2010, publicada no Diário Oficial da União de hoje, 7/6.

Proibida a realização de exame nos empregados para detectar HIV

07/06/2010 – Notas COAD

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da [Portaria 1.246](#), de 28-5-2010, determinou que não será permitida, de forma direta ou indireta, nos exames médicos por ocasião da admissão, mudança de função, avaliação periódica, retorno, demissão ou outros ligados à relação de emprego, a realização de teste para detectar no trabalhador a presença do HIV - vírus da imunodeficiência adquirida, doença mais conhecida no Brasil como AIDS.

Microempresas poderão ter valor de depósito recursal reduzido

04/06/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7047/10, do deputado Efraim Filho (DEM-PB), que reduz o valor do depósito recursal em ação trabalhista quando o recorrente for microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no Simples Nacional. Pelo projeto, o valor do depósito nesses casos deverá ser no mínimo 50% menor do que o estipulado pela Justiça do trabalho.

Atualmente, a lei estabelece que o depósito prévio para o recurso é obrigatório, quando a condenação estabelece pena pecuniária de até dez vezes o salário mínimo da região onde a ação foi julgada.

Ele argumenta que a medida é justa e coerente com o princípio estabelecido pela Constituição de 1988 de conferir tratamento especial a essas entidades, que empregam maioria dos trabalhadores brasileiros.

Mudança da CLT

O projeto muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Decreto-Lei 5.452/43. Segundo a CLT, o valor do depósito é repassado para a parte vencedora após a ação transitar em julgado. Em caso de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que for arbitrado pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de dez vezes o salário mínimo da região.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será examinado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

Projeto concede abono natalino para idosos e deficientes

04/06/2010 – Notas COAD

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu em Plenário, na quarta-feira (02/06), projeto que garante o abono natalino àqueles que recebem o benefício de prestação continuada da assistência social. Esse benefício garante um salário mínimo ao idoso e à pessoa portadora de deficiência incapacitada para o trabalho com renda familiar *per*

capita inferior a um quarto do salário mínimo. O projeto, de autoria do então senador Expedito Júnior, encontra-se em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto (PLS 476/09), o abono terá o valor do benefício recebido no mês de dezembro e será pago da mesma forma que a gratificação natalina concedida aos trabalhadores. Para aqueles que começarem a receber o benefício de prestação continuada no decorrer do ano, determina a proposta, o abono será concedido de forma proporcional ao número de meses ou período superior a 15 dias em que tiver recebido o benefício.

Mão Santa destacou o alcance social da proposta, por atender a parcela populacional carente e disse que somente no Piauí serão beneficiadas 54,5 mil pessoas.

- Temos certeza de que a criação do abono natalino é medida de inegável justiça, por viabilizar a inclusão dos mais necessitados - afirmou.

Corrupção

O senador afirmou que para custear gastos sociais como o previsto no projeto em análise bastaria eliminar a corrupção no país. Para reforçar seu argumento, Mão Santa valeu-se de pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizada em maio, que estimou o custo da corrupção no país em R\$ 69,1 bilhões em 2008.

Segundo informou o parlamentar, entre 1990 e 2008, o custo médio anual da corrupção teria ficado entre 1,38% e 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB) - entre R\$ 41,5 bilhões e R\$ 91,5 bilhões. A pesquisa demonstra ainda, que se houvesse empenho em diminuir a corrupção, o PIB *per capita* nesse período, que ficou em US\$ 7.954 poderia ter sido 15,5% maior - US\$ 9.784.

Mão Santa mencionou também dados da ONG Transparência Internacional pelos quais o Brasil ocupa a 75ª posição entre os países no que diz respeito à corrupção e, numa escala de zero a dez, em que dez é o país menos corrupto, o Brasil recebeu nota 3,7.

FONTE: Agência Senado

Acionista poderá votar à distância em assembleia de empresa

04/06/2010 – Notas COAD

Acionistas poderão participar, à distância, das assembleias das empresas onde possuem ações, utilizando recursos tecnológicos como a teleconferência para, inclusive, votar. Isso é o que garante substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue agora para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O substitutivo levou em consideração não só projeto de lei (PLS 288/07) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), mas parte de emenda apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). As condições para os acionistas exercerem essa forma de participação nas assembleias devem estar previstas no estatuto das companhias de

capital fechado ou seguir as regras fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no caso de companhias abertas (aquelas que têm ações negociadas em bolsas de valores).

Quando optar pela participação à distância, entretanto, o acionista terá de comprovar presença por assinatura eletrônica e certificação digital. Para Francisco Dornelles, o mecanismo da participação à distância ganhará maior flexibilidade, no caso das companhias fechadas, ao se atribuir às próprias sociedades o direito de implementar o sistema tecnológico mais adequado à sua realidade.

Embora Francisco Dornelles tivesse recomendado a supressão da assinatura eletrônica para comprovar essa participação, o relator preferiu manter essa exigência, presente no PLS 288/07. Eduardo Azeredo acredita que a assinatura digital oferece ao acionista maior segurança para comprovar sua participação na assembléia. Conforme assinalou, meios tecnológicos para isso são de amplo uso desde os anos 80 e estão amparados por normas da legislação brasileira.

Outro ponto abordado no projeto diz respeito ao documento legal usado pelos acionistas para indicar representante junto às assembleias, tanto para participação presencial quanto à distância. Pelo texto original, mantido pelo relator, a procuração outorgada - expedida a menos de um ano da data da assembleia - deve ser depositada na companhia com antecedência mínima de 48 horas da data da instalação da reunião.

Na avaliação de Eduardo Azeredo, essa medida é "sensata" e vai ajudar a evitar "tumultos" se a apresentação da procuração ocorresse já na instalação da assembleia, com riscos até de anulação do evento "por vício de representação de acionista votante". Pelo projeto, a procuração também poderá ser depositada eletronicamente.

Por ter sido aprovado substitutivo ao PLS 288/07, a CCJ vai submetê-lo a turno suplementar de votação na próxima semana.

FONTE: Agência Senado